

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO

DIREITO DO PETRÓLEO E DO GÁS

© 2021 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Florianópolis de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Veloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

AR659d	Direito do Petróleo e do Gás / Alexandre Santos de Aragão. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.
	816p.; 17x24cm
	ISBN: 978-85-450-0751-7
	1. Direito Público. 2. Direito do Petróleo. 3. Direito Econômico. I. Título.
	CDD 341.3
	CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ARAGÃO, Alexandre Santos de. *Direito do Petróleo e do Gás*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 816p. ISBN 978-85-450-0751-7.

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR.....	17
OBRAS DO AUTOR.....	19
PARTE I	
ARTIGOS	
PRINCÍPIOS DE DIREITO REGULATÓRIO DO PETRÓLEO	31
ALGUNS ASPECTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DO PETRÓLEO	39
AS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES PETROLÍFERAS.....	43
1 Panorama do Ordenamento Jurídico brasileiro.....	43
2 As concessões petrolíferas.....	48
3 As autorizações no setor petrolífero	54
4 As relações de sujeição especial no direito do petróleo.....	57
5 Conclusões.....	58
MONOPÓLIOS PÚBLICOS E OS MODELOS DE CONTRATOS DE E&P NO DIREITO BRASILEIRO	61
1 Conceito e disciplina constitucional	61
2 Monopólios em espécie	64
2.1 Atividades minerárias.....	65
2.2 Atividades nucleares.....	66
2.3 Atividades petrolíferas.....	67
2.3.1 As concessões de E&P.....	70
2.3.2 O regime jurídico do pré-sal.....	72
2.3.2.1 Contratos de partilha	74
2.3.2.2 Cessão onerosa.....	75
2.3.2.3 Conclusão	77
OBJETO E NATUREZA JURÍDICA DAS CONCESSÕES PETROLÍFERAS	79
1 O objeto da concessão petrolífera.....	79
2 A natureza jurídica da concessão petrolífera	83
O PODER DE A ANP ELABORAR E CELEBRAR CONTRATOS DE CONCESSÃO COMO FATOS JUS-GENÉTICOS.....	87

A CESSÃO DA CONCESSÃO DE E&P E A QUESTÃO DAS EVENTUAIS RESPONSABILIDADES REMANESCENTES.....	93
---	----

O PODER NORMATIVO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (ANP).....	101
--	-----

AS BOAS PRÁTICAS DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO COMO O EIXO DA REGULAÇÃO DO SETOR.....	113
--	-----

1 O princípio da legalidade e a regulação da indústria do petróleo.....	113
2 A função das boas práticas da indústria do petróleo.....	120

O <i>JOINT OPERATING AGREEMENT</i> (JOA) NO DIREITO DO PETRÓLEO BRASILEIRO E NA <i>LEX MERCATORIA</i>	125
---	-----

1 Introdução.....	125
2 O <i>Joint Operating Agreement</i> (JOA): consórcio da indústria do petróleo.....	127
3 O JOA como imposição da <i>Lex Mercatoria</i>	138

UNITIZAÇÃO E ACORDO DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E REGIME À LUZ DA LEI Nº 12.351/2010.....	145
---	-----

1 Introdução.....	145
2 Contornos da unitização e diferenças com a anexação.....	146
3 Unitização na Lei nº 12.351/2010.....	152
4 Conclusão.....	156

CONTEÚDO LOCAL NOS CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL.....	159
--	-----

1 Introdução.....	159
2 A obrigação de Conteúdo Local nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás e a sua natureza jurídica.....	160
3 Eficácia e exigibilidade da cláusula de conteúdo local.....	163
4 A existência de fornecedores locais como pressuposto fático da incidência do conteúdo local: <i>conditio juris</i> e impossibilidade temporária.....	166
5 Inaplicabilidade de sanções.....	170
6 Inaplicabilidade de anuência prévia da ANP.....	171
7 Boas práticas e alocação de riscos na indústria do petróleo.....	172
8 Interpretação <i>contra proferentem</i>	176
9 A posição da empresa de E&P e o fomento à indústria nacional como uma obrigação do Estado.....	178
10 Fato da Administração.....	181
11 Conclusão.....	183

POSSIBILIDADE DE AFETAÇÃO DOS RECEBÍVEIS DE <i>ROYALTIES</i> AOS FUNDOS GARANTIDORES DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.....	187
---	-----

1 Introdução.....	187
2 As parcerias público-privadas como delegação de serviços públicos.....	189
3 Natureza jurídica do fundo garantidor de PPPs e do seu patrimônio de afetação ...	194
4 A resolução nº 43/2001 do Senado Federal e a natureza jurídica das obrigações assumidas pelo ente público.....	195

5	Os <i>royalties</i> do petróleo e a possibilidade da sua vinculação.....	201
5.1	Natureza jurídica não tributária dos <i>royalties</i> do petróleo	202
5.2	A vinculação de <i>royalties</i> a fundo garantidor de PPP não consubstancia cessão de direitos	203
5.3	A vinculação dos <i>royalties</i> ao fundo garantidor não constitui antecipação de receitas	204
6	Interpretação que melhor atende aos objetivos dos <i>royalties</i> do petróleo	206
7	Conclusão	209

A CLÁUSULA DE *FORFEITURE* (CESSÃO OBRIGATÓRIA) NOS JOAS E AS COMPETÊNCIAS DA ANP

1	Introdução	211
2	Autoexecutoriedade da cláusula de <i>forfeiture</i>	212
3	A cláusula de <i>forfeiture</i> nas boas práticas internacionais da indústria do petróleo.....	215
3.1	Histórico de sua previsão nas minutas AIPN	218
3.2	Lógica contratual e econômica essencial às atividades de E&P	220
4	Princípio da continuidade das atividades públicas.....	226
5	Alguns casos análogos no Direito brasileiro	228
6	Âmbito de apreciação da ANP	232
6.1	Caráter inteiramente voluntário e sem hipossuficiência da relação entre as consorciadas	235
6.2	Interpretação consequencialista para que a ANP não se imiscua em conflitos privados	237
7	Conclusão	239

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGULAÇÃO PARA CONCORRÊNCIA NO SETOR DE GÁS NATURAL

1	Introdução	241
2	O Transporte de Gás Natural na Ordem Econômica Constitucional	242
3	A Regulação do Acesso às Instalações de Transporte de Gás Natural.....	243
3.1	A Teoria das Instalações Essenciais	245
4	Os Instrumentos Regulatórios Previstos na Regulamentação Vigente	249
4.1	Desverticalização dos Agentes do Mercado	249
4.2	Controle das Tarifas	251
4.3	Regulação da contratação de capacidade de transporte firme	253

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AUTORIZAÇÕES NO SETOR DE GÁS NATURAL À LUZ DA LEI N^o 11.909/2009.....

1	Introdução	255
2	A evolução do conceito de autorização administrativa	257
3	A questão das autorizações vinculadas.....	259
4	As autorizações na Lei n ^o 11.909/2009	263

O REGIME JURÍDICO DO CONSUMIDOR LIVRE DE GÁS NATURAL E ENERGIA ELÉTRICA

1	Introdução	267
2	Uma questão econômica inicial: delimitação do monopólio natural e garantia de acesso à rede.....	269
3	Uma questão jurídica: serviços públicos, monopólios estatais e atividades econômicas regulamentadas	272
4	A doutrina das instalações essenciais.....	274

5	A atual regulação do consumidor livre de energia elétrica e de gás natural	277
5.1	O consumidor livre no setor de energia elétrica.....	277
5.1.1	A mudança de marco regulatório estabelecida pela Lei nº 10.848/04: o surgimento do Ambiente de Contratação Livre (ACL).....	279
5.1.2	Dever de livre acesso às redes: sua relevância para o estabelecimento do mercado livre.....	280
5.1.3	Considerações acerca do ACL no contexto da renovação das concessões do setor elétrico	281
5.2	O consumidor livre no mercado de gás natural	282
5.2.1	Breve contextualização da regulação do gás natural	283
5.2.2	O consumidor livre de gás	285
5.2.3	Características regulatórias que favorecem a presença de consumidores livres	286
6	Desverticalização	287
7	Livre acesso à rede.....	287
8	Condições não discriminatórias de acesso.....	288
9	Clareza na política regulatória e estabilidade das instituições.....	289
10	Considerações finais.....	290

A LEGITIMIDADE DE MEDIDAS REPARADORAS DE CONDUTA CRIADAS PELA ANP		291
1	Introdução	291
2	A verdadeira natureza jurídica da medida reparadora de conduta	293
2.1	A natureza de causa de extinção da punibilidade.....	294
2.2	Da natureza de ato regulatório consensual	295
3	A adequação da medida reparadora de conduta ao princípio da legalidade	300
4	Conclusão	310

PARTE II PARECERES

A ARBITRABILIDADE OBJETIVA DOS CONTRATOS DE E&P, EM ESPECIAL NOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO (PSC).....		313
I	A consulta	314
II	Os modelos de exploração e produção indireta do petróleo e gás no Brasil.....	316
II.1	A natureza jurídica do contrato de partilha de produção.....	319
III	A arbitrabilidade dos contratos celebrados pela administração pública, sobretudo os de direito privado	322
III.1	A interpretação da expressão “direitos patrimoniais disponíveis” no direito administrativo.....	325
III.2	A função densificadora dos contratos	331
IV	Matérias arbitráveis nos contratos de partilha.....	335
IV.1	A arbitrabilidade dos poderes contratuais unilaterais e das sanções contratuais aplicadas pela contraparte pública	338
IV.2	A arbitrabilidade dos efeitos patrimoniais de direitos extrapatrimoniais ou indisponíveis.....	345
IV.3	O papel da união, da ANP e da PPSA na fiscalização dos contratos de partilha de produção e a natureza jurídica de suas sanções.....	346
V	Conclusões.....	349
VI	Resposta aos quesitos.....	351

A PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DOS PROGRAMAS	
EXPLORATÓRIOS MÍNIMOS (PEMs)	355
I A consulta.....	356
II O princípio do aproveitamento dos investimentos realizados e as boas práticas da indústria do petróleo.....	357
III O caráter finalístico da Lei do Petróleo e a previsão legislativa da prorrogação dos contratos de concessão.....	358
IV Direito subjetivo à prorrogação.....	362
IV.1 A cláusula específica dos contratos.....	362
IV.2 Eventos de força maior.....	364
IV.3 Proteção jurídica da legítima expectativa e a Teoria dos Atos Próprios.....	365
IV.4 Violações às três funções do princípio da boa-fé objetiva.....	368
IV.4.1 Função interpretativa: <i>O princípio da conservação do contrato</i>	370
IV.4.2 Função limitadora do abuso de direito: <i>O aproveitamento do adimplemento substancial</i>	371
IV.4.3 Função impositiva de deveres contratuais ativos: <i>Ausência de cooperação e falha no dever de informar por parte da ANP</i>	372
V Falta de prévio devido processo legal e de fundamentação da rescisão.....	375
VI Desproporcionalidade <i>in casu</i> da solução que leve ao fim do contrato.....	378
VII Impossibilidade <i>in casu</i> de se argumentar que não se pode prorrogar prazo já findo.....	379
VIII Resposta aos quesitos.....	382

A MUDANÇA NO POLO CONTRATADO DE CONCESSÃO PETROLÍFERA E A SUA APROVAÇÃO PELA ANP	
	385
I A consulta.....	385
II Embasamento legal para a celebração de contratos de concessão de exploração e produção de petróleo.....	387
II.1 Natureza regrada do contrato de concessão e a necessidade de prévia aprovação da ANP para a transferência da concessão.....	391
III A aprovação prévia da ANP constitui condição suspensiva <i>ex lege</i>	395
III.1 A natureza <i>intuitu personae</i> dos contratos firmados com a administração pública e a necessidade de aprovação prévia à transferência da concessão.....	400
IV <i>Ad argumentandum</i> , ainda que fosse mera condição suspensiva negocial, o contrato não produziria qualquer efeito antes da sua implementação.....	408
V A irretroatividade dos efeitos do implemento da condição suspensiva.....	410
VI Princípios da unidade e coerência da administração.....	414
VII Conclusão.....	418
VIII Resposta aos quesitos.....	419

DIREITO DE AVALIAÇÃO E EVENTUAL DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE DE DESCOBERTA REALIZADA	
	423
I A consulta.....	424
II Boas práticas da indústria do petróleo: aproveitamento dos investimentos e vinculação entre investidor e fruidor.....	427
III O caráter finalístico da Lei do Petróleo e a função social do contrato de concessão.....	433
IV A distinção entre o papel do prazo nos contratos por escopo e nos contratos por prazo determinado.....	436
V A proteção da confiança legítima e a teoria dos atos próprios.....	438
VI As violações ao princípio da boa-fé.....	441
VI.1 Dever de lealdade.....	441

VI.2	Princípio da conservação do contrato	444
VI.3	Princípio do Aproveitamento do Adimplemento Substancial.....	445
VII	Desproporcionalidade da solução que leve ao fim do contrato. Um exercício de ponderação de princípios.....	446
VIII	A falta de regular processo legal, supressão de instâncias e a ausência de motivação técnica	449
IX	O enriquecimento sem causa e ausência de boa-fé da ANP e da eventual nova concessionária.....	453
X	Resposta aos quesitos.....	456

CONTRATAÇÃO *TURNKEY* DE PROJETO E CONSTRUÇÃO DE GASODUTO. INCIDENTES NA SUA EXECUÇÃO

I	A consulta	460
II	Natureza jurídica do contrato é de empreitada integral	462
II.1	O projeto básico é requisito para a instauração de qualquer licitação da Lei nº 8.666, não desnaturando a empreitada integral.....	465
III	A alocação de riscos no contrato	468
IV	A teoria dos fatos imprevistos e seu tratamento no caso concreto	473
V	Os princípios aplicáveis ao caso	478
V.1	O princípio da boa-fé e a vedação do comportamento contraditório.....	478
V.2	Vinculação ao instrumento convocatório e a impossibilidade de alteração da alocação de riscos originalmente pactuada	481
V.3	Igualdade e moralidade no caso concreto	484
VI	A natureza jurídica do laudo é de mero parecer	486
VII	Os requisitos legais para a rescisão por culpa da administração	488
VIII	Conclusões.....	495
IX	Resposta aos quesitos.....	499

DISCIPLINA DA COMERCIALIZAÇÃO DO GLP NO BRASIL E AS OBRIGAÇÕES REGULATÓRIAS DA ANP

I	A consulta	504
II	Histórico da regulação do GLP no Brasil: do controle do mercado à concorrência com respeito à segurança dos consumidores	505
III	Avaliação empírica dos resultados da regulação vigente. Instrumentalidade da regulação aos objetivos da Lei do Petróleo	513
IV	Medidas a serem adotadas para compatibilizar a resolução nº 15/2005 à situação fática atual.....	518
IV.1	Revogação das exceções à vedação do uso de botijões de marcas alheias.....	519
IV.2	Uniformização das marcas gravadas nos botijões, estampadas em seus rótulos e nos lacres de segurança	524
IV.3	Estabelecimento de critério objetivo da compatibilidade entre o universo de botijões da distribuidora e o volume de suas vendas de GLP.....	524
IV.4	Declaração expressa da detenção exercida pelos consumidores sobre os botijões....	525
V	Esteio legal das medidas alvitradas.....	532
VI	Esteio constitucional das medidas alvitradas.....	534
VI.1	Princípio da eficiência.....	537
VI.2	Princípio da proporcionalidade	542
VI.3	Princípio da defesa do consumidor	544
VI.4	Princípio da precaução	545
VII	Obrigação regulatória da ANP	546
VIII	Conclusão	550

REQUALIFICAÇÃO DOS ENVASES DE GLP. ABNT E NECESSIDADE DE APERFEIÇOAMENTOS DA SUA REGULAÇÃO	553
I Consulta.....	553
II As normas aplicáveis à requalificação dos botijões P-13.....	554
III A interpretação da resolução ANP nº 15/05.....	555
IV Ausência de caráter vinculativo das normas da ABNT.....	556
V A edição de uma nova norma como única solução adequada para a regulamentação dos botijões remanescentes.....	560
V.1 Princípio da segurança jurídica e o direito a um regime de transição razoável.....	560
V.2 Princípios da proporcionalidade, razoabilidade e realidade.....	564
CONTROLE DOS PREÇOS DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO. NATUREZA JURÍDICA DO REFINO E DA DISTRIBUIÇÃO	567
I A consulta.....	567
II Natureza jurídica das atividades petrolíferas e suas relações com as regras de preços à luz do art. 174, CF.....	568
III Diversas modalidades de controle de preços e a indústria do petróleo.....	575
IV Competências da ANP em relação aos preços dos combustíveis e o art. 69 e seguintes da Lei do Petróleo.....	580
V Análises adicionais.....	584
V.1 Motivação e competência.....	584
V.2 Requisitos constitucionais dos controles de preços.....	586
V.3 Princípio da proporcionalidade.....	588
V.4 Estatuto das estatais e deveres do acionista controlador.....	590
VI Conclusões.....	594
A SEGMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. INJURIDICIDADES DAS TENTATIVAS DE SUA RELATIVIZAÇÃO	597
I A consulta.....	597
II Princípio da segmentação das atividades de petróleo, natural e biocombustíveis.....	599
III Razões jurídico-econômicas para a segmentação da atividade de distribuição.....	604
IV Garantia do abastecimento nacional de combustíveis como o valor primordial a ser curado pela ANP.....	607
V Vedação ao retrocesso.....	610
VI Vício de motivação.....	614
VII Ausência de análise de impacto regulatório.....	618
VIII Conclusões.....	623
REGIME DE CONTRATAÇÃO E ESTOCAGEM COMPULSÓRIAS DE COMBUSTÍVEL	625
I A consulta.....	626
II Breve histórico sobre a produção, distribuição e revenda de etanol no Brasil e o seu atual marco regulatório.....	626
III Natureza jurídica das atividades de produção, distribuição e revenda de etanol.....	640
III.1 O princípio da livre iniciativa nas atividades privadas regulamentadas.....	644
IV Inconstitucionalidades da estocagem compulsória de etanol anidro prevista no inciso I do artigo 8º, parágrafo único, da Lei nº 9.478/97, acrescentado pela Lei nº 12.490/11.....	646
IV.1 Ofensa ao princípio da livre iniciativa.....	647

IV.2	Requisição administrativa por via transversa	648
IV.3	Ofensa ao artigo 174 da Constituição	651
IV.4	Violação ao princípio da proporcionalidade	654
V	Inconstitucionalidades da Resolução nº 67/2011	657
V.1	Contratação compulsória violadora da livre iniciativa.....	657
V.2	Previsão desproporcional de contrato coativo.....	660
V.3	Inadequação da penalidade de suspensão da comercialização de combustível.....	662
V.4	Assimetria regulatória violadora do princípio da igualdade	664
V.5	Violação do princípio da motivação	667
VI	Ilegalidades da Resolução ANP nº 67/2011	671
VI.1	Violação da pluralidade de instrumentos.....	671
VI.2	Inexistência de base econômica sustentável da medida	673
VI.3	Violação do artigo 6º da Lei nº 9.847/99	674
VII	Considerações finais: a volta à “época dos institutos”	676
VIII	Conclusões.....	679

A FIDELIDADE DE BANDEIRA (MARCA DO COMBUSTÍVEL) COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DOS CONSUMIDORES

I	A consulta.....	681
II	A vinculação à bandeira (marca) como instrumento de proteção dos direitos dos consumidores como determinado na Lei do Petróleo	683
III	Vedação ao retrocesso na proteção dos direitos do consumidor.....	691
IV	Vício de motivação	694
V	Ausência de análise de impacto regulatório – AIR.....	699
VI	Injuridicidade de responsabilidade objetiva no direito administrativo sancionador brasileiro.....	702
VII	Conclusões.....	707

REQUISITOS PARA A APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PELA ANP. O CASO DO METANOL EM COMBUSTÍVEIS

I	A consulta.....	709
II	Inexistência de responsabilidade objetiva no direito administrativo sancionador brasileiro.....	711
II.1	<i>Ad argumentandum</i> : injuridicidade restaria mesmo diante da doutrina extremamente minoritária que admite sanções sem culpabilidade.....	719
III	Peculiaridades fáticas do caso em relação à produtora do combustível	722
IV	Necessidade de motivação da culpabilidade	724
V	<i>Ad argumentandum</i> : ausência de dever de as distribuidoras aferirem o metanol.....	727
VI	Conclusões.....	731

REINCIDÊNCIA EM SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICADAS PELA ANP E A REVOGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA EXERCER ATIVIDADE ECONÔMICA

I	A consulta.....	733
II	A interpretação apresentada pela Procuradoria Federal junto à ANP.....	734
III	A interpretação sistemática da Lei nº 9.847/1999.....	736
IV	Interpretação consequencialista da aplicação do art. 10, III, conforme o entendimento da AGU.....	743
V	Violação ao princípio da eficiência	746
VI	Violação à proporcionalidade.....	748
VI.1	Violação ao princípio da individualização da pena	752
VII	Conclusões.....	754

REGULAÇÃO DO TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEIS.

LIMITES À ATUAÇÃO DA ANTT	757
I A consulta	757
II Incompetência da ANTT: ausência de caráter técnico relacionado à atividade de transporte	759
III Desvio de finalidade da ANTT	762
IV Violação do princípio da motivação	766
IV.1 Inexistência dos motivos determinantes à edição da resolução	766
IV.2 Incongruência lógica da motivação	769
IV.3 Ausência de modificação da realidade para ensejar a mudança das normas.....	770
IV.4 Ausência de estudos técnicos prévios adequados	774
V Inexistência de consulta e/ou audiência pública: invalidade do procedimento normativo	776
VI Violação do princípio da proporcionalidade.....	781
VII Resposta aos quesitos.....	785

LOGÍSTICA REVERSA DE DERIVADOS DO PETRÓLEO À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

.....	789
I A consulta	789
II Logística reversa e divisão de responsabilidades	792
III Inexistência da obrigação de os agentes a montante pagarem aos agentes a jusante pelo retorno do óleo lubrificante usado:.....	797
III.1 A remissão ao SISNAMA é limitada pela Lei	797
III.2 Interpretação da resolução conforme a Lei.....	798
III.3 Afetação da propriedade do OLUÇ a fins públicos	799
III.4 Consumidores e distribuidores como sujeitos passivos dos §§4º e 5º do art. 33 da Lei nº 12.305/2010	801
III.5 A inexistência de um contrato coativo de compra e venda se a Lei não definiu seus elementos essenciais	802
III.6 A responsabilidade compartilhada e individualização de funções	802
III.7 O rol exemplificativo do art. 33, §3º e a obrigação de fim e a facultatividade da compra do óleo usado	804
III.8 Prevalência do regime legal sobre usos e costumes	805
IV Respostas às indagações.....	806

PARTE III
PREFÁCIOS

A REGULAÇÃO SETORIAL DO GÁS NATURAL	809
VADE MECUM DA INFRAESTRUTURA DO PETRÓLEO.....	813